Terca-Feira, 22 de Setembro de 2026

O mercado da fé e a política do poder

A fé pertence à esfera mais íntima do ser humano. Mas, quando a crença é transformada em instrumento de poder, dinheiro ou controle, ela deixa de ser apenas uma questão religiosa e passa a interessar também à psicologia, à filosofia, ao Direito e à segurança pública.

A psicologia forense demonstra que relações de autoridade podem ser utilizadas para produzir dependência, submissão e controle. O chamado controle coercitivo envolve estratégias de manipulação, isolamento, medo, culpa e domínio da autonomia. Estudos também identificam formas de coerção religiosa nas quais crenças e doutrinas são utilizadas para controlar comportamentos.

Isso não significa que igrejas sejam organizações criminosas, nem que líderes religiosos sejam suspeitos por exercerem sua fé. Ao contrário: é justamente necessário separar as instituições religiosas sérias daqueles que eventualmente utilizam a religião como instrumento de exploração.

O problema começa quando a fé passa a funcionar como mecanismo de arrecadação sem transparência, construção de patrimônio, influência política ou proteção de interesses particulares. A pergunta deixa de ser apenas “em que você acredita?” e passa a ser: quem exerce o poder, sobre quem, por quais meios e com quais benefícios?

A filosofia política há séculos discute a relação entre poder e legitimidade. Em termos contemporâneos, uma autoridade não deveria ser aceita simplesmente porque se apresenta como portadora de uma verdade superior. O poder precisa encontrar limites na lei, na transparência e na responsabilidade.

Essa questão torna-se ainda mais grave quando aparecem investigações envolvendo ambientes religiosos e o crime organizado. Em Mato Grosso, operações recentes das forças de segurança mostram a dimensão da atuação das organizações criminosas e a necessidade de impedir que estruturas sociais legítimas sejam utilizadas para facilitar atividades ilícitas.

No sistema prisional, por exemplo, atividades religiosas podem cumprir importante função de ressocialização. Mas justamente por envolverem acesso, confiança e comunicação com pessoas privadas de liberdade, precisam possuir mecanismos adequados de fiscalização.

Se uma estrutura religiosa for utilizada para transmitir informações, movimentar recursos ou favorecer organizações criminosas, o problema não está na religião, mas no uso criminoso da estrutura religiosa.

A psicologia forense ajuda a compreender por que isso pode ser tão poderoso: símbolos, autoridade, pertencimento e culpa podem influenciar decisões humanas. A literatura sobre abuso espiritual descreve justamente a utilização de posição, poder e práticas religiosas para produzir controle e dano psicológico.

Por isso, a Bíblia não pode ser passaporte para a impunidade, assim como um mandato político, um uniforme ou qualquer outro símbolo de autoridade não pode ser.

Também é preciso evitar o erro inverso: transformar toda igreja em suspeita. Milhões de pessoas exercem sua fé de maneira honesta e contribuem para suas comunidades. Criminalizar a religião seria tão equivocado quanto permitir que a religião fosse utilizada para esconder crimes.

A questão fundamental é outra: fé não pode estar acima da lei.

Quem arrecada deve prestar contas. Quem exerce poder deve ser fiscalizado. Quem ocupa função pública deve responder à sociedade. E quem comete crime deve responder pelos seus atos, independentemente de sua posição religiosa.

Talvez, portanto, a pergunta mais importante não seja “de que Deus essas pessoas estão falando?”. A pergunta republicana é mais simples e mais objetiva:

Que poder está sendo exercido? Sobre quem? Com qual finalidade? De onde vem o dinheiro? E existem provas de que a lei foi violada?
Separar a fé legítima da exploração da fé não é atacar a religião. É, justamente, proteger a liberdade religiosa, a sociedade e os próprios cidadãos que acreditam.

João Edisom de Souza é Professor universitário e analista Político